

Impostos não sobem desde 2004

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse ontem que o governo não tem dificuldade para diminuir o gasto público, mas que opta por utilizar os excessos de arrecadação em desonerações tributárias, investimentos e programas sociais. Segundo ele, o aumento da carga tributária brasileira se dá em função do perfil do crescimento econômico e não por elevação de tributos.

"A arrecadação no Brasil de fato está crescendo, inclusive um pouco mais rapidamente que o PIB, mas ela não está crescendo por aumento de tributos. Não há nenhum aumento de tributo no Brasil desde 2004. Ao contrário, ouve uma série de desonerações que desde 2004 somam R\$ 30 bilhões", disse ele, antes de se reunir com integrantes do Comitê Executivo do Plano Diretor de Mercado de

Capitais, a quem vai apresentar a nova proposta do governo para a Reforma Tributária, na sede da Bovespa, em São Paulo.

Arrecadação

Na quinta-feira, a Receita Federal divulgou que a arrecadação federal atingiu R\$ 381,48 bilhões nos oito primeiros meses do ano, R\$ 37,33 bilhões a mais que no mesmo período de 2006 — alta de 10,7%. O excesso é superior aos R\$ 36 bilhões que o governo espera alcançar apenas com a CPMF neste ano e está muito próximo da expectativa para 2008, de R\$ 38 bilhões. Apesar disso, Appy não quis entrar na discussão sobre a necessidade da existência da CPMF no Brasil.

"A discussão não é sobre a dificuldade do governo em cortar gastos, mas sim sobre qual é a opção que o governo faz no momento em que, em

função do perfil do crescimento econômico, a arrecadação está crescendo", declarou. "Esse governo tem adotado uma política que é reverter uma parte desse bom desempenho da arrecadação na forma de desonerações tributárias, uma parte na forma de aumento de investimentos e uma parte na forma de aumento de gastos sociais", acrescentou.

Appy destacou ainda que embora as discussões sobre o destino dos excessos de arrecadação sejam válidas e democráticas, as opções para a utilização desses recursos se resumem às que já são utilizadas pelo governo. "O conjunto das alternativas é esse: fazer mais desonerações tributárias, mais investimentos ou mais gastos sociais. E o governo tem feito os três", concluiu.

DECLARAÇÃO DE ISENTO

A Receita Federal recebeu 17.007.814 declarações de isento até ontem. Outros 47 milhões devem entregar o documento até 30 de novembro. Deve declarar quem teve em 2006 rendimentos tributáveis até R\$ 14.992,32. O contribuinte que não entregá-la por um ano tem o CPF enquadrado como pendente de regularização. Caso deixe de declarar por dois anos, o CPF é suspenso. As declarações podem ser feitas gratuitamente pela internet www.receita.fazenda.gov.br, nas agências do BB, do Banco Popular e da Caixa, lotéricas por R\$ 1 e nos Correios por R\$ 2,40. (Da Redação)